

O rio palimpsesto: o Amazonas de Júlio Verne, das fontes à ficção

MICHEL RIAUDEL

MICHEL RIAUDEL é diretor de
redação da revista francesa *Infos*
Brésil.

Oitocentas léguas pelo Amazonas, tal é a viagem que empreende a família de um próspero fazendeiro instalada em Iquitos. O objetivo confesso: ir até Belém para casar Minha, a filha, com um colega de estudos do irmão. Mas Joam Garral tem também suas razões secretas: conseguir, correndo o risco da sua efetiva execução, a revisão da sentença que o condenou injustamente à morte pelo caso de um roubo de diamante cometido vinte e seis anos atrás, enquanto ele trabalhava, sob a sua verdadeira identidade de Dacosta, nas Minas imperiais brasileiras. Ora para se deslocar, visto que o projeto é familiar, o herói não imagina outro meio senão construir uma gigantesca aldeia flutuante que se deixará levar pela correnteza do rio...

Oitocentas léguas pelo Amazonas é, portanto, o subtítulo de *La Jangada*, um romance de Júlio Verne editado em 1881 na Biblioteca de Educação e Recreio do editor parisiense Hetzel. Quanto a nós, tentaremos desemaranhar o texto dos pretextos desta história (1). Nos moldes dos geógrafos que sobem rio acima para localizar a nascente, nossa leitura tentará chegar às origens do romance. Teremos por horizonte a preocupação de ressituar o contexto histórico, mas também sem perder de vista a sua dimensão literária. Não esquecer em suma o que estas paisagens atravessadas nos dão a ler.

A OBRA DOCUMENTÁRIA

Júlio Verne, é sabido, nunca pisou na Amazônia, nem mesmo no Brasil. Apenas viajou com seu irmão para os Estados Unidos. Sua imaginação, seus textos trabalharam, portanto, a partir de outros escritos, outras imagens. Além disso, ele tem que alimentar sua ficção de informações precisas. A coleção Hetzel denuncia claramente sua intenção pedagógica: ao longo da narrativa, o leitor, criança ou não, há de se instruir, aprender a história e a geografia, descobrir outros costumes. Esses informantes, ele os menciona aqui e acolá, por ocasião de uma descrição, de um comentário, como se pagasse sua dívida. É no entanto através da confrontação sistemática do seu texto com aqueles que lhe são contemporâneos que se pode identificar as fontes com mais precisão. Percebemos então que estão longe de ser todas confessadas pelo romance.

Os números de *Le Tour du Monde*, ilustrados por magníficas gravuras de página inteira e nas quais são publicados amplos trechos de relatos destinados posteriormente à edição, lhe fornecem uma mina de informações. A viagem da família Garral-Dacosta segue assim muito fielmente o itinerário da "Viagem do oceano Pacífico ao oceano Atlântico através da América do Sul" (1848-60) realizada pelo bordelês Paul Marcoy, aliás, Sr. De Saint-Cricq, cujo relato será publicado nas edições do ano 1867 do periódico, assim como em obra separada (2). As etapas sendo idênticas, basta

pescar, nas indicações oferecidas pelo viajante, os dados que virão alimentar a ficção quanto à história de tal vila, sua topografia, sua população... Como a publicação das notas de viagens em *Le Tour du Monde* é interrompida provisoriamente em Manaus, a intriga há de se desenvolver rio acima desta cidade, a capital amazonense tornando-se por obra e força das circunstâncias o teatro do desfecho. Pondo-se em paralelo os dois textos, as intersecções saltam aos olhos. Júlio Verne compila, resume seu modelo. O trabalho minimal de reescrita apura e harmoniza o estilo para apagar as costuras demasiadamente visíveis.

Do mesmo modo, a apresentação geral, histórica e geográfica do rio Amazonas, que aparece no capítulo V do romance, apóia-se entre outros textos na comunicação intitulada "O Rio Amazonas e seus Afluentes", mandada do Amazonas em 11 de dezembro de 1875 por Rafael Reyes ao *Bulletin de la Société de Géographie* (3). A fonte é obviamente reconhecível pois são encontrados nela os mesmos erros ortográficos ("Amasenas" em vez de "Amazonas"), e os mesmos pontos abordados: a discussão sobre a origem do rio, seu comprimento, seus diversos nomes, o número de ilhas por ele banhadas... O que faz Júlio Verne é inserir as informações num diálogo que por isso acaba se tornando muito artificial e inverossímil.

Para a fauna, a flora ou as tradições locais, o romancista vasculhará também no relato do engenheiro alemão Franz Keller-Leuzinger, encarregado em 1867 pelo governo brasileiro de explorar a região em vista do estabelecimento de uma ferrovia. Fragmentos de seu *Voyage d'Exploration sur l'Amazonie et le Madeira*, editado em 1874 em Stuttgart, foram no mesmo ano traduzidos em francês, mais uma vez para as colunas de *Le Tour du Monde*. É dele que Júlio Verne tira o trecho do capítulo XI dedicado às lendas amazônicas, o "Minhocão", a "Mãe d'Água", dele também que toma emprestado a referência a certas árvores, como estas "castanheiras de alburno resistente, que produzem nozes tricornes" (4). Mas em suas evocações de animais ou vegetais, enumerando aqui alguns peixes, lá variedades de mosquitos ou pássaros, os empréstimos são aparentemente menos decisivos, porque Júlio Verne mistura freqüentemente várias fontes, provavelmente mescladas tematicamente a partir de notas tomadas ao longo da fase inicial de documentação. Contudo a contribuição de Keller-Leuzinger poderia não se limitar a estes simples dados. As gravuras por ele desenhadas e reproduzidas na revista de viagens podem ter alimentado o imaginário do escritor. Um aligátor de temível tamanho lembra-nos o episódio do capítulo XVII em que um grupo de jacarés ataca a embarcação dos Garra, e sobretudo, primeira ilustração do texto do alemão, uma jangada navegando sobre o rio remete-nos ao meio de locomoção extravagante imaginado por Júlio Verne. Se estas imagens inspiram sem dúvida nenhuma o desenhista Benett, encarregado de ilustrar o romance (5), podem ter igualmente influenciado direta ou indiretamente o processo criativo, e no caso ter servido de ponto de partida à história.

Devemos considerar que, encobrendo esta fonte com uma lista de viajantes (6), o romancista dá crédito à hipótese? Nada nos autoriza a afirmar ou infirmá-lo, ademais porque as homenagens dirigidas *en passant*, na narrativa, a alguns autores de referência sobre a região não obedecem a regras bem nítidas. Marcoy, mas também

A casa da Jangada: materiais pitorescos para um conforto burguês; em "Onde o outro se parece conosco"

Arquivo Michel Riaudel



Agassiz, Émile Carrey, La Condamine e Humboldt aparecem todos pelo menos duas vezes (7) sem que possam ser colocados no mesmo plano. Outrora aluno de Spix, o ictiólogo estadunidense de origem suíça Louis Agassiz tem completado o trabalho do seu mestre sobre a classificação dos peixes do Brasil. Aproveitando a oportunidade de uma viagem de convalescença, ele percorre o Império durante mais de um ano, de 23 de abril de 1865 a 2 de julho de 1866, dedicando mais de oito meses desta temporada a colecionar as espécies vivendo na bacia amazônica. No diário da expedição, redigido por sua esposa, logo traduzido na França por Vogeli e resumido numa coleção popular por J. Belin de Launay (8), formigam os detalhes pitorescos e científicos que o escritor obviamente sabe aproveitar. Émile Carrey tinha realizado entre 1852 e 1855 uma exploração política e comercial na América do Sul, mas Júlio Verne o conhece sobretudo, além do seu *Productions et Moeurs de l'Amérique du Sud* (9), pela sua contribuição romanesca, uma trilogia sobre a Amazônia (10).

Quanto a La Condamine, embora qualificado no quinto capítulo de "Humboldt do século XVIII" (11), foi ele provavelmente de parca ajuda para o romancista. Parece constar aqui apenas para poder opor a seu inigualável concorrente Alexandre de Humboldt um nome francês que tem sobre o alemão as vantagens da anterioridade e de ter efetivamente explorado a Amazônia brasileira cujo território será proibido ao seu sucessor. É de fato lícito tentar realçar o prestígio científico das Luzes e não se deve concluir disso, como poderá ser confirmado mais abaixo, uma postura especialmente ufanista de Júlio Verne. Em outro momento, comprovando sua abertura de espírito, não teme em citar, por exemplo, o britânico Henry Walter Bates (12).

Se a menção de Saint-Hilaire, que aparece logo na quinta página do romance, é sem dúvida comparável nas suas motivações àquela de La Condamine, poderia também esconder outras leituras mais importantes, pois na referência ao naturalista ecoam os escritos de outro viajante, Adolphe d'Assier, que publicou sucessivamente em 1863 três artigos sobre "O Brasil Contemporâneo" em *La Revue des Deux Mondes* (13), e sobretudo, no ano seguinte, dedicou à mesma publicação duas comunicações, "Mato Virgem" e "Eldorado Brasileiro e a Serra das Esmeraldas" (14). A respeito dos macacos barbados, d'Assier escreve: "os macacos barbados eram apenas os 'singes hurleurs', cujos gemidos agudos foram comparados por um cientista viajante, Sr. Auguste Saint-Hilaire, ao ruído do vento impetuoso" (15). Ora, curiosamente a este mesmo respeito, o romancista de Nantes, que introduz o animal logo nas primeiras páginas do livro, remete por sua vez a Saint-Hilaire, mas de forma errônea: "(...) este grito prolongado dos 'singes hurleurs', que Sr. Saint-Hilaire comparou de modo pertinente ao ruído do machado do lenhador, abatendo-se sob os galhos de árvores". Na verdade, a confusão poderia vir de uma leitura apressada do naturalista que poucas linhas depois compara o grito da araponga ao choque de um martelo na bigorna (16).

Apesar destas aproximações, Júlio Verne demonstra em seu texto um real cuidado com a exatidão. Censura a relação do pintor Biard, "demasiadamente fantasista" (17), resolve um debate de geógrafos sobre as fontes do Amazonas (18), retifica certas hipóteses de Humboldt contraditas pelos seus sucessores (19)... Membro da Sociedade de Geografia de Paris desde 1865, amigo de cientistas reconhecidos como Élisée Reclus, tem consciência de contribuir com sua obra para a vulgarização dos conhecimentos de sua época. É, portanto, para as revistas, talvez mais que para os livros, que se volta para recolher uma informação em constante renovação. Para tal, a série de artigos — publicados justamente no *Bulletin de la Société de Géographie* entre 1869 e 1875 (20) — do abade Édouard Joseph Durand, antigo missionário no Brasil e desde então vicário de Notre Dame, oferecer-lhe-á abundante matéria que ultrapassa de longe a simples observação do clima amazônico pela qual o escritor o menciona como que por acaso (21).

O PROJETO ENCICLOPÉDICO

Vê-se portanto que Júlio Verne se encontra no âmbito de uma ambição perseguida por muitos dos seus contemporâneos: dar continuidade ao projeto enciclopédico das Luzes, acumular e difundir conhecimentos geográficos, botânicos, zoológicos, lingüísticos, culturais... Após os trabalhos pioneiros, mas desconhecidos, do grupo conduzido por Alexandre Rodrigues Ferreira entre 1783 e 1792, o século XIX é por excelência o das *explorações*. Da expedição Langsdorff (1825-29), levando nas suas malas os desenhistas Taunay e Florence à espanhola Comissão científica do

Pacífico (1862-66) que cruza o casal Agassiz, dos austríacos Johan Baptist von Spix e Friedrich von Martius (1817-20) ao príncipe Adalbert de Prusse (1842), passando pelo estadunidense Daniel P. Kidder (1840), Alcide d'Orbigny (1826-34), Alfred Russel Wallace (1847-49), Robert Avé-Lallemant (1859) e Gustavo Dodt (1873), para não falar em Jules Crevaux e mais tarde Henri Coudreau — a lista é inesgotável, portanto paramos aqui (22) —, a Amazônia é percorrida de cabo a rabo, investigada, revirada como nunca o foi. Nunca o nível das pesquisas, incentivadas pelo esclarecido Dom Pedro II, se deu de forma tão exaustiva. Nos rastros do romântico *Volksgeist* (23), as nações modernas intensificam o trabalho de campo. Os autores franceses, seja apoiando-se em sua própria experiência de viajante, seja resumindo-a, compilam ou comentam as viagens dos outros — tal Élisée Reclus utilizando Avé-Lallemant (24) ou o abade Durand lendo o *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* —, têm muitas vezes por plataforma o progresso das ciências e pelas ciências.

Este programa é também o de Júlio Verne, como o demonstram seus esforços de documentação. Mas além desta acumulação de informações o anima um certo fascínio pela nomenclatura. Seu texto é às vezes tomado por uma febre taxinômica, passa em revista aqui essências de árvores, lá variedades de cobras. Estas pausas didáticas funcionam menos para suspender a ação, técnica privilegiada do folhetim, do que para se deleitar no gozo dos nomes, própria ao escritor. O entusiasmo não se manifesta aliás apenas a respeito de realidades locais. O exercício dos talentos de cabeleireiro de Frago do deságua assim numa enumeração de termos técnicos relativos ao cabelo (25). Ademais esta conquista científica dos territórios mais longínquos, proclamando a universalidade da Razão, do Progresso, em suma, da Civilização, destinada num futuro próximo a triunfar, em todo o planeta, da barbárie, mistura-se freqüentemente às inconfessadas intenções políticas, senão colonizadoras, em nome das quais se conquista a África e a Ásia.

Ora, quanto a isso, Júlio Verne não tem apenas dívidas a confessar. Pelas opções que fez, pelo que escolheu calar ou vender, posiciona-se nas discussões inscritas num lugar e numa época, enquanto criador e divulgador de imagens, de mitos, enquanto intelectual e escritor. O primeiro terreno em que se pode avaliar as suas opiniões é obviamente o das relações do Brasil com as outras nações, particularmente com a França. Desde 1850 e o desencadeamento da campanha estadunidense animada pelo tenente de marinha Maury (26), um assunto chama a atenção da comunidade ocidental, de Agassiz a Reclus: a questão da abertura do Amazonas à navegação internacional. O debate, encerrado doze anos antes da redação de *La Jangada*, continua no entanto a ser evocado nas revistas. O romance, quanto a ele, aborda-o numa frase e não toca mais no assunto: "Em 31 de julho de 1857, após numerosas contestações de fronteira entre a França e o Brasil sobre o limite da Guiana, o curso do Amazonas, declarado livre, foi aberto a todas as bandeiras" (27). Dois comentários impõem-se. Em primeiro lugar, uma retificação: a abertura do rio deu-se na verdade em 7 de setembro de 1867 (28). O mais significativo, contudo, não está neste erro de data, mas no fato de Júlio Verne confundir esta questão com a do litígio fronteiriço entre a França e o Brasil. Ora, evidentemente nada os relaciona a não ser a vontade do autor de evitar qualquer polêmica nacionalista. Finge portanto acreditar que a liquidação de um dossiê (29) levou à solução do outro, quando nunca foi assim. Outros não terão a sua discreção. Seis anos após *La Jangada*, Louis Bousenard dedica, entre outros, todo um capítulo da sua ficção, *Les Chasseurs de Caoutchouc* (30), à querela do Contestado, isto é, o atual Amapá, e das relações conflitantes entre França e Brasil a respeito de territórios disputados desde o século XVII. Em termos veementes, acerta as contas com o Brasil, dá seu apoio ao explorador Coudreau, que tem pagado recentemente o pato de um incidente diplomático, e chama à ordem certos representantes da França que estariam abrindo mão apressadamente dos direitos do seu país: "O Brasil está disposto a acabar com esta questão, mas com a condição de nos espolar quase inteiramente e de nos relegar ao limite do Carsevena, isto é, de se atribuir os nove décimos do objeto em disputa. Nossos direitos, no entanto, são inegáveis e nunca agradeceremos o suficiente os nossos estadistas, que, nesta hora em que estamos escrevendo estas linhas (março de 1886), ainda tentam obter condições compatíveis com nossos interesses e sobretudo nossa dignidade" (31). Mede-se melhor, diante destas posições, a ponderação e o tato do nantês.



Arquivo Michel Rivaudet

O encontro das águas, em "O revés do cenário"

UMA POSTURA BENEVOLENTE

Ao longo do livro, este esmera-se em poupar as suscetibilidades e salientar os méritos do Brasil. Até no capítulo da escravidão, que aparece logo nas primeiras páginas, só deixa passar em filigrana suas críticas: "Em 1852 — ano em que vai se desenvolver esta estória —, ainda havia escravos no Brasil (...). Certas razões de economia política adiaram a hora da emancipação geral; mas, desde já, o Negro tinha o direito de comprar a sua alforria, desde já as crianças que nasciam dele nasciam livres. O dia não era portanto longínquo em que este magnífico país, em que caberiam os três quartos da Europa, não contaria mais nenhum só escravo dentro de seus dez milhões de habitantes" (32). Na mesma página, faz-se de novo alusão ao caráter segregacionista da lei brasileira, excluindo "de certos empregos os mulattos e outros mesclados". O escritor volta à carga no fim do terceiro capítulo, a respeito dos criados de Joam Garral: "os Negros (...) não eram livres, mas (...) as crianças já não nasciam escravas. Joam Garral antecipara nesta via o governo brasileiro. Neste país, aliás, mais que em qualquer outro, os Negros oriundos da Benguela, do Congo, da Costa de Ouro, sempre foram tratados com mansidão, e não era na fazenda de Iquitos que se devia procurar estes tristes exemplos de crueldade, tão freqüentes nas fazendas estrangeiras" (33). Insistindo na causa abolicionista da qual é ardente defensor (34), as fórmulas que adota buscam principalmente encorajar a nação amiga sugerindo-lhe o bom caminho ao invés de lastimar seus arcaísmos.

Seu abolicionismo não o protege no entanto de um racismo que não é de surpreender na época. Os índios e os negros só figuram no romance como pano de fundo, constituindo a massa anônima dos empregados. Os papéis principais são desempenhados pelos brancos. Apenas destaca-se o rosto de Lina, "uma bela e sorridente mulata" (35), duplo jovial e estabonado de sua dona, Minha. Na jangada, cada grupo étnico ocupa o lugar que lhe cabe, os aborígenes alojados na sua maloca, quase ao ar livre, os africanos encarcerados nos seus "ajoupas", "hermeticamente fechados em suas quatro faces" (36). Nenhuma mistura entre as raças, o que teria satisfeito por exemplo um Agassiz cuja opinião anti-escravagista e a condenação dos maus-tratos infligidos aos índios se acompanham de recomendações segregacionistas rigorosas (37). Nenhuma dúvida de que aos brancos e assimilados cabe a missão de civilizar estas terras. As opiniões são unânimes: eis uma região que tem tudo para dar certo, solos ricos, uma natureza generosa, mas todos estes recursos permanecem adormecidos, inexplorados. Voltemos ao testemunho do casal suíço-americano, perfeitamente em harmonia com o discurso dominante na época: "Quando me lembro de quantas pessoas paupérrimas vi na Suíça (...), e quando penso na facilidade com que tudo aqui brota, numa terra em que tudo é de graça, pergunto-me por que estranha fatalidade uma metade do mundo regorgita por tal forma de habitantes que o pão não chega para todos, enquanto na outra metade a população é tão escassa que os braços não chegam para a colheita!" (38). A solução impõe-se: a colonização pela imigração.

Para contudo uma voz desafinada neste concerto de gente civilizada, a de Élisée Reclus. Este geógrafo de simpatias anarquistas parte da mesma constatação de uma região das mais férteis, porém, deserta. No entanto, analisando as causas deste paradoxo, insiste nos obstáculos naturais e culturais que se opõem à sua exploração: o clima, as enchentes anuais, os insetos e a febre amarela, a escravidão, a falta de vias de comunicação... A população indígena que poderia fazer frutificar estas riquezas é demasiadamente desprovida de energia, "infantil" (39), fácil de corromper. Mas é também fácil de educar. Que seja preservada da influência nefasta dos comerciantes e missionários, que seja submetida "à suave e longa influência da instrução pública rigorosa" e ela dará "cidadãos úteis" (40). Hostil ao desenvolvimento artificial cujo exemplo foi dado pelas missões jesuítas — não se deve esquecer do anticlericalismo da esquerda francesa —, advoga em suma a causa do que se chamaria hoje o desenvolvimento autocentrado. "A ação da Europa deve limitar-se provisoriamente em abastecer estas regiões com livros e professores, máquinas e mecânicos, e não com homens servindo de materiais à civilização. Os verdadeiros colonos de que precisa esta vasta bacia do Amazonas, não são os Europeus que o clima enerva e a saudade mata, são os filhos de Tapuis (sic), esses mamalucos (sic) que não são obrigados a sofrer as duras e tão freqüentemente fatais provas da aclimatação física e moral. Sem eles, qualquer civilização importada nas beiras do rio brasileiro será apenas uma civilização de passagem, mantida a grande custo e destinada a falecer. Os mestiços



Seu abolicionismo (de Júlio Verne) não o protege, no entanto, de um racismo que não é de surpreender na época. Os índios e os negros só figuram no romance como pano de fundo, constituindo a massa anônima dos empregados. Os papéis principais são desempenhados pelos brancos. (...) Nenhuma dúvida de que a estes cabe a missão de civilizar estas terras.

do Amazonas já formam os elementos de um povo: a iniciativa européia provará sua virtude, não suprimindo estes elementos esparsos, mas reunindo-os para lhes dar uma vida nacional" (41). E Reclus prossegue pleiteando uma ação coordenada dos países amazônicos para criar uma indústria que se substituiria à economia extrativista.

Capa do livro *La Jangada: ilha flutuante ou trem?*

ONDE O OUTRO PARECE-SE CONOSCO

Se Júlio Verne não partilha a profissão de fé imperialista de alguns de seus contemporâneos, ele tampouco compactua com as teses do geógrafo. Uma idéia motriz o guia: o curso da civilização é inelutável. Sendo assim, e dado que a postura colonialista por definição reduz tudo ao Mesmo (42), a Amazônia só pode ser o lugar do pitoresco, cujas diferenças exóticas disfarçam mal uma perfeita identidade com a Europa. Tomemos por exemplo a casa da família Garral improvisada na jangada: é verdade que é feita com materiais locais, mas sua arrumação comporta mesas, poltronas (de bambu), canapés (de cana), estantes, cortinas (de casca de árvore) (43) ..., em suma todos os acessórios do conforto burguês. A própria embarcação mais se parece com um comboio, como o sugere a gravura de Bennett que figura na capa do livro. Este processo de redução das diferenças até a perfeita identificação que percorre o romance todo encontra outra ilustração na descrição da população de Manaus: "E que espécie de gente vê-se sair à hora do passeio, tanto destes edifícios públicos quanto destas casas particulares? Homens de bela figura, de fraque escuro, chapéu de seda, sapatos envernizados, luvas de cor clara, diamantes no nó da gravata; mulheres com vultosas e espalhafatosas toilettes, vestidos e falbalás, chapéus da última moda; Índios enfim, que também estão a europeizar-se, de modo a destruir tudo aquilo que poderia sobrar de cultura local nesta parte mediana da bacia do Amazonas" (44). Que este quadro não fuja a uma certa realidade não enfraquece em nada a lógica do texto de que falávamos. Ao contrário, concorre para acentuá-la. Um pouco mais tarde, o combate entre o malvado Torres e o bonzinho porém impulsivo filho de Garral, Benito, tem ares de duelo, com testemunhas, ritual, golpes e paradas. Único elemento exótico: a "manchetta" (sic) substituiu a espada (45). Afastando-se de sua documentação cuja presença vai esmorecendo após a primeira parte do livro, Júlio Verne acaba perdendo de vista a Amazônia a ponto de enfeitar o rio Negro com plantas e juncos oriundos dos rios franceses (46). Fator agravante da proximidade, a "latinidade" desta América que, por exemplo, batiza suas ilhas com nomes enquanto a América do Norte as designa por números (47).

Neste contexto compreende-se que ao índio só lhe resta assimilar-se ou desaparecer. E é o que faz. Um plano — aliás muitas vezes repetido — basta para definir seu destino, uma tomada da jangada que a correnteza leva para Belém: "Alguns indígenas de cabeça raspada, tatuados nas bochechas e na testa, trazendo, no nariz e sob o lábio inferior, rodela de metal, apareceram por um momento nas margens. Estavam armados de sarabatanas, mas não as usaram e nem ao menos tentaram comunicar-se com a jangada" (48). Apesar de suas armas irrisórias, não passam de

figuras de papelão para *vaudeville*, de " *badauds*" dos *boulevards* fluviais do Amazonas. Reclus cita no seu artigo as palavras do tenente estadunidense Herdon, tirado de um relatório redigido após sua volta da Amazônia em 1853. Nele o militar menciona com complacência " a opinião de homens inteligentes que vêem no enforcamento o meio mais simples de se acabar com o Índio": " A civilização deve avançar, ainda que deva calcar o pescoço do selvagem e esmagá-lo sob seu passo soberano" (49). Excluindo-se o cinismo, Júlio Verne bem que poderia assinar estas declarações. É assim que após uma de suas enumerações em que se deleita em reperiariar exaustivamente as tribos indígenas já sumidas do mapa, escreve: " É a lei do progresso. Diante da raça anglo-saxônica, Australianos e Tasmanianos desvaneceram-se. Perante os conquistadores do Faroeste apagaram-se os Índios da América do Norte. Um dia, talvez, os Árabes serão aniquilados pela colonização francesa" (50). Em contraponto, Paul Marcoy — cujo livro foi lido e anotado por nosso autor — constata desolado o desaparecimento destas culturas cujos traços lingüísticos e outros ele consigna como etnógrafo consciencioso, sem exotismo, na tentativa de salvá-los do esquecimento. Não resta dúvida: Júlio Verne não é vítima de suas fontes, ele fez suas escolhas.

Em *La Jangada*, uma vaga alusão é feita às tribos antropófagas relegadas às profundezas da floresta domada. A turba já urbana de índios e negros, excessiva e meio bárbara, que se manifesta no episódio de Manaus (51), distingue-se pouco da população das grandes cidades industriais, seus humores variáveis são suficientemente parecidos com os seus para soar familiar ao leitor. A selvageria é portanto minimizada, apagada. Aqui temos outra característica do romance: seu tom eufórico. " Com a parada dos barcos a vapor, que não vai demorar em estabelecer-se perto da junção dos dois rios, o comércio de Manaus deve aumentar sensivelmente. (...) A situação desta cidade é portanto particularmente feliz e deverá contribuir poderosamente à sua prosperidade" (52). A fé no futuro do Brasil certamente não é própria do autor. Ela constitui uma outra constante do discurso colonizador deste fim de século. Tudo corre às mil maravilhas, a natureza é inesgotável, ela regenera o que lhe foi tirado: " era um ' corte claro ', todos os troncos tendo sido cortados rente ao chão, aguardando o dia em que serão extraídas suas raízes, sobre as quais a primavera próxima estenderá novamente seus verdejantes raminhos" (53). Os obstáculos inerentes à intriga incluem alguns crocodilos, um peixe elétrico..., porém Júlio Verne passa a maior parte de seu tempo tranquilizando-nos quanto aos perigos encorridos pelos viajantes: não há febres nem acidentes de percurso, é só deixar-se levar pela correnteza. É um dos traços geniais do livro: esta longa viagem movida apenas pela força natural do rio.

O REVÉS DO CENÁRIO

A problemática da fonte energética das viagens muitas vezes suscita soluções originais em Júlio Verne. Lembrem-se do último trajeto de Phileas Fogg em *Le Tour du Monde en 80 Jours*, quando, para chegar a Londres a tempo e esgotado o carvão, o barco consome seu próprio casco! A viagem por deriva está presente em outras obras, *Le Pilote du Danube*, *L'île Flottante*... A própria jangada, espécie de ilha, microcosmo auto-suficiente, leva-nos mais uma vez a outro dos temas prediletos de Júlio Verne. Além de uma leitura ideológica no primeiro grau do romance, delineiam-se os tópicos vernianos que trazem de volta a natureza literária da obra. Por certo, o romancista alimenta sua ficção com os debates políticos de sua época. Porém terá esta ficção algo específico a dizer-nos sobre a Amazônia?

Não nos deteremos aqui nas diversas interpretações, algumas aliás extraordinariamente penetrantes como a de Michel Serres em *Jouvence sur Jules Verne* (51). Porque propõem leituras transversais da obra verniana, demoram-se pouco no devir dos espaços que atravessam. Ora, como foi sugerido acima, é interessante constatar que à medida que avançamos em *La Jangada*, a temática amazônica vai se esmaecendo, favorecendo o desenvolvimento da intriga e em particular a solução do criptograma à qual se dedica o juiz Jarriguez encarregado do caso Dacosta. Deixemos ainda de lado as questões de culpa e de mensagem cifrada, outras manias do romancista, para insistir numa das características do texto, consequência do que foi dito acima. Com efeito, o leitor defronta-se com um dos mais belos exemplos de palimpsesto, em que o texto vem inscrever-se sobre outros textos modelos, substituindo-se pouco a pouco a eles até esquecê-los por completo (55). No seu quarto, Júlio Verne

viaja em suas fontes, digere-as, avança mais, e subitamente percebe-se que, neste percurso, a paisagem ausentou-se, sumiu-se.

Não passava ela de um cenário, alegoria de uma situação ou estado de alma? A tradução de uma atmosfera, de um clima? A literatura acostumou-nos a isto: cobre-se o céu e a ação torna-se tempestuosa; um relevo revela-se acidentado e tropeçam as emoções. Segundo este princípio, é boa a escolha do cenário do duelo Benito-Torres (56): o encontro de duas águas, clareza e escuridão, traduz o que no confronto há de impetuoso e maniqueísta. De certa forma, também o cenário é, no romance, uma mensagem truncada, informação cifrada como este documento que contém a prova da inocência do protagonista. Mais essencialmente ainda, a paisagem é o que está fora de nós, o que nos ultrapassa. Mais do que uma equivalência, é portanto o ponto de transição entre imanência e transcendência, ou ainda entre consciência e inconsciência. Ela nos revela ao mundo, torna o desvio possível, senão necessário à nossa existência e à sua apreensão. Fora dela, não há presença. Bem sabe o autor de os *Voyages Extraordinaires* que a paisagem determina todo deslocar-se. Eis porque, além das intenções pedagógicas ou pitorescas, Júlio Verne estabelece com ela uma relação particular. Se esta Amazônia de *La Jangada* se impõe a nós, apesar de algumas inabilidades redacionais já assinaladas, é porque antes de tudo ela se lhe impôs. Lembremos que um romance anterior, *Le Chancellor* (57), via sua odisséia acabar no Pará. Os passageiros à deriva, absolutamente desamparados, estão prestes a sacrificar um dos seus para alimentar-se quando um outro cai ao mar. O naufrago engole então um bocado de água e percebe que se trata de água doce. A esperança renasce e, logo recolhidos em frente à Ilha de Marajó, os aventureiros serão salvos. Vale transcrever algumas linhas dos últimos diálogos do livro: "Sim, a terra está invisível, mas ela está ali! diz o capitão, apontando para o Oeste. — Que terra? pergunta o *bosseman*. — A terra da América, a terra onde corre o Amazonas (...). É o único lugar do Atlântico onde poderíamos ter encontrado água doce. A terra está ali! Podemos senti-la! O vento nos leva para ela!". Eis nosso rio, cujas margens invisíveis no entanto estão ali, pólo de atração para o qual se dirige irresistivelmente a correnteza: "Se chegamos à foz do Amazonas, é que a correnteza do Gulf-Stream recuperou o esquife e o levou para lá" (58). O fluxo, contrário ao de *La Jangada*, leva no entanto os passageiros ao mesmo porto.

Sem dúvida a Amazônia não é aqui, nem alhures na literatura, um *em-sí*, uma estrutura fechada. Ao contrário, é uma matéria em movimento, que constantemente corre, carregando aluviões e destroços, ilhas e árvores e gentes, matérias nobres ou deterioradas do real, mitos e utopias. Ela é esta força horizontal, ao mesmo tempo água doce e rio-mar, equilíbrio e tormenta. É ainda verticalidade e profundidade, horizonte onde se unem céu e terra. Matriz incessantemente reescrita cuja leitura imiscui-se nas anteriores até dissolvê-las. Primeiro paraíso e depois inferno, imaculada natureza ou terra de aventuras, memória do mundo vegetal e animal e biblioteca em chamas. Assim, sua estrutura, sua coerência interna vêm tecer-se no *texto*, tornado o local da convivência entre Júlio Verne e seu leitor, neste encontro das redes que, parcialmente, tentamos aqui ler um pouco mais detalhadamente. Com ele, a paisagem, "cemitério de signos" (59), toma novo alento. Este desvio na história, ao manter nosso mundo a distância, nos ajuda a sentir melhor sua espessura. No entanto, o menor dos paradoxos não seria que este desaparecimento simbólico, o *grattage* verniano do rio pergaminho, que fora a condição necessária à emergência de sua Amazônia de papel — doravante indelével — torne-se, sob o efeito desses convites à colonização que hoje esgota as suas fronteiras, liquidação concreta, física, irreversível.

Nesta segunda metade do século XIX, a euforia colonialista não pode questionar o esgotamento das fontes, os desequilíbrios trazidos pelo falso desenvolvimento. Seria absurdo acusar *a posteriori* o romancista de ter dado corpo e voz a este arrebatamento. Decerto, depois dele virão o desencantamento, o desmoronar do sonho — e dos preços da borracha —, *A Selva* de Ferreira de Castro que Blaise Cendrars levará aos franceses, a visão oposta ao exotismo em *Ecuador* de Henri Michaux, os *Tristes Tropiques* de Lévi-Strauss. O texto de Júlio Verne desmaia então por sua vez nestas reescrituras. Mas, ainda que para negá-las, estas apóiam-se naquela visão original inesquecível de um espaço histórico e mítico do qual não exaurimos o fascínio. Pois se esta Amazônia é de carne, suor e sangue, ela também fora — e será ainda? — fenômeno, experiência de fascinação, talvez medida, sobre a terra, do absoluto infinito.

O rio palimpsesto:
O Amazonas de Júlio Verne,
das fontes à ficção

Michel Riaudel

- 1 Agradeço Pauline Alphen pela co-tradução.
- 2 *Voyage de l'Océan Pacifique à l'Océan Atlantique, à Travers l'Amérique du Sud*, Paris, 1868, 2 vol., in 8^o, ilustrado, Hachette. *Le Tour du Monde*, Paris, 2^o semestre 1867.
- 3 *Bulletin de la Société de Géographie*, Paris, agosto de 1876, pp. 185-95.
- 4 O original de Keller-Leuzinger diz: "(...) um tipo de castanheira (*Bartholletia excelsa*) de alburno resistente e espesso. Estas soberbas árvores, cujos grandes troncos se parecem com fustes de colunas e cuja noz trícorno e saborosa é importada na Europa, abundam justamente nestas paragens", *La Tour du Monde*, Paris, 1874, p. 378.
- 5 Outro desenhista, Riou, tem com mais frequência ilustrado as obras sobre a região, de Biard a Agassiz passando por Marcy.
- 6 Lister-Maw (1827), Smyth (1834-35), um tenente da marinha francesa, Valdez (1840), Marcy já citado, Biard (1859), Agassiz (1865-1866), Crevaux (1879), in *La Jangada*, Paris, Le Livre de Poche, 1979, p. 56.
- 7 Op. cit., respectivamente pp. 117 e 124, 54 e 80, 162 e 213, 55 e 119, 82 e 164.
- 8 *Voyage au Brésil*, Paris, 1869, in 8^o, ilustrado. Esta edição serviu de referência à versão brasileira que usaremos nas citações: *Viagem ao Brasil (1865-1866)*, Belo Horizonte/São Paulo, 1975, Itatiaia/Edusp.
- 9 Paris, 1865. Ver também *Le Moniteur Universel*, números de 1859-60.
- 10 *Huit Jours sous l'Équateur, Les Métis de la Savane, Les Révoltés du Pará*, Paris, 1856-57, 3 vol., in 12^o, Levy.
- 11 Op. cit., p. 55.
- 12 Op. cit., p. 200. Lembramos que Bates esteve na Amazônia de 26 de maio de 1848 a 2 de junho de 1859, recolhendo um material de primeira mão tanto no plano científico quanto para constituição das representações amazônicas.
- 13 "Le rancho", 1^o de junho de 1863, pp. 554-79; "La fazenda", 15 de junho de 1863, pp. 753-87; "La cidade", 1^o de julho de 1863, pp. 65-98. O conjunto será retomado num só volume sob o título *Le Brésil Contemporain. Races, Mœurs, Institutions, Paysage*, Paris, 1867, in 8^o, Durand et Lauriel. Adolphe d'Assier percorreu a América do Sul de 1858 a 1860.
- 14 Publicadas respectivamente em 1^o de fevereiro de 1864 e 15 de julho de 1864. É provável que o episódio do romance situado em Tijuco, onde se cometeu o crime do qual foi acusado injustamente Joam Dacosta, nasceu da leitura deste último artigo, e principalmente do terceiro capítulo. Dois elementos estabelecem em todo caso, sem dúvida possível, sua consulta: a deformação repetida de garimpeiro em grímpeiro, e consecutivamente traduzido em francês por *grimpeur* como o sugere a etimologia (p. 348 em d'As sier, Jules Verne, p. 219); a anedota segundo a qual dom João VI teria arborado nas grandes cerimônias o diamante gigante de Abaeté, previamente perfurado para este fim (d'Assier, p. 353, e Jules Verne, p. 218).
- 15 In "Le Mato Virgem", p. 363. Ver, para o texto original, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Edusp/Itatiaia, p. 22.
- 16 A menos que se trate de um terceiro cruzamento com, desta vez, um comentário de Bates reproduzido no número de 1^o de agosto de 1863 de *La Revue de Deux Mondes* sobre a obra do cientista britânico, *The Naturalist on the River Amazonas*, e que, num parágrafo sobre os barulhos insólitos da floresta, evoca os gritos desagradáveis dos "singes hur leurs", e em seguida outros estalos misteriosos lembrando "o choque sonoro de uma barra de ferro contra a dura casca de alguma árvore minada por dentro" (p. 711).
- 17 Op. cit., p. 56. François Auguste Biard é o autor de *Deux Années au Brésil*, Paris, 1862, in 8^o, Hachette, publicado parcialmente em *Léi our du Monde*, Paris, 1^o semestre de 1861.
- 18 Op. cit., p. 52.
- 19 Op. cit., p. 164.
- 20 Citemos, para o que diz respeito à Amazônia, "Considérations Générales sur l'Amazone", in *Bulletin de la Société de Géographie (BSG)*, Paris, novembro de 1871, pp. 312-40; "Le Rio Negro du Nord et son Bassin", in *BSG*, janeiro de 1872, pp. 16-33, fevereiro de 1872, pp. 174-93; "L'Amazone Brésilien", in *BSG*, novembro de 1872, pp. 479-509; "Le Rio Doce", in *BSG*, setembro de 1873, pp. 274-90; "Le Solimões ou Haut Amazone Brésilien", in *BSG*, março de 1873, pp. 225-46; "La Madeira et son Bassin", in *BSG*, novembro de 1875, pp. 449-67, dezembro de 1875, pp. 587-605.
- 21 Op. cit., p. 54.
- 22 Encontram-se muitos desses autores na coleção "Reconquista do Brasil", coeditada por Edusp e Itatiaia. O historiador Arthur César Ferreira Reis acrescenta alguns nomes a esta lista na página 84 de *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- 23 A obra de Ferdinand Denis não se inscreve em outro contexto.
- 24 In *La Revue des Deux Mondes*, "Le Brésil et la Colonisation", 1) Le bassin des Amazones, 15 de junho de 1862; 2) Les provinces du littoral, les Noirs et les colonies allemandes, 15 de julho de 1862.
- 25 Op. cit., p. 148.
- 26 Cf. o capítulo intitulado "A Na vegação do Amazonas", in *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, op. cit.
- 27 Op. cit. p. 56.
- 28 O erro poderia vir do cruzamento errôneo de duas fontes: Reyes, que dá a data de 31 de julho de 1867 (op. cit., p. 189) e o artigo do abade Durand, que cita 1857 (in "Considérations Générales sur l'Amazone", op. cit., p. 331).
- 29 Solução parcial, Louis Agassiz escreve por exemplo numa nota de seu livro levando em consideração a concessão brasileira: "Nenhum ato poderia dar mais claro testemunho da política liberal seguida pelo governo brasileiro. Para completar essa grande obra, duas coisas restam a fazer: abrir uma comunicação direta entre os afluentes superiores dos rios Madeira e Paraguai; retirar as subvenções às companhias privilegiadas. O tráfico colossal de que é capaz esta bacia bastará amplamente para entreter a navegação, desde que a concorrência se torne possível", op. cit., p. 127.
- 30 Paris, 1887, Marpon et Flammarion.
- 31 Idem, ibidem, p. 213.
- 32 Op. cit., pp. 2-3.
- 33 Op. cit., pp. 38-9.
- 34 A expectativa é tanto maior que todo o mundo guarda então em memória a Guerra de Secessão.
- 35 Op. cit., p. 38.
- 36 Op. cit., p. 102.
- 37 "Aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raças e são levados por falsa filantropia a romper todas as barreiras colocadas entre elas deveriam vir ao Brasil. Não lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente do que em qualquer outro. (...) Abramos ao negro todas as vantagens da educação; (...) mas respeitamos as leis da natureza e, em nossas relações com os negros, mantemos, no seu máximo rigor, a integridade do seu tipo nativo e a pureza do
- nosso", in *Viagem ao Brasil*, op. cit., p. 180.
- 38 Idem, ibidem, p. 210.
- 39 Cf. as teses de Hegel sobre o estado de infância da América. As aspas remetem ao artigo de Reclus citado acima, no caso p. 941.
- 40 Idem, ibidem, pp. 944-5.
- 41 Idem, ibidem, pp. 954-5. Pode-se aproximar esta posição da de Couto de Magalhães, extraída de sua obra *O Solvagem* por Gabriel Gravier na *Revue Géographique Internationale*: "Se os colonos europeus nos são necessários, os colonos índios o são muito mais ainda, pois, assim como o diz a grande França, pela voz eloqüente do Sr. de Quatrefages, nenhuma raça é tão vantajosa no Brasil enquanto elemento de trabalho que a raça do branco aclimatada pelo sangue do indígena", in *RGI*, abril de 1879, p. 91.
- 42 Remetemos ao artigo de Pierre Rivas, "O Brasil no imaginário francês: tentações ideológicas e recorrências míticas (1880-1980)", in *Imagens Recíprocas do Brasil e da França*, Projeto França-Brasil, Paris, IHEAL, 1991, vol. 1, pp. 119-29. Segundo ele, "de 1880 até nossos dias, a presença do Brasil na França poderia periodicizar-se em dois momentos. Um eixo ideológico, até 1920, que reduz a presença brasileira ao Mesmo, sendo o Brasil uma imagem longínqua mas idêntica da França (...). Essa visão apolínea do Brasil como sendo uma outra França passa a ser, durante os anos 30, a de um Brasil outro, quer dizer o outro da França, percebido não no seu pólo redutor ao Mesmo, mas no seu pólo de alteridade absoluta" (pp. 125-6). No mesmo volume, em contrar-se-á nosso estudo sobre a literatura francesa e a Amazônia, em que nos propúnhamos uma periodicização das representações sucessivas da região, indo do maravilhoso ao colonizado, passando pela Amazônia utópica do século das Luzes (pp. 147-61).
- 43 Op. cit., p. 95.
- 44 Idem, ibidem, pp. 244-5.
- 45 Idem, ibidem, pp. 288-9.
- 46 Idem, ibidem, pp. 299 e segs.
- 47 Idem, ibidem, p. 115. A comparação entre Brasil e Estados Unidos é então uma constante da prosa francesa. Mas pode-se salientar que funciona sobretudo num sentido: que ele sirva de repelente ou de exemplo, o modelo que nós dá nossa medida continua sendo a nação protestante e anglófona.
- 48 Idem, ibidem, p. 121.
- 49 Op. cit., p. 947.
- 50 Op. cit., p. 57.
- 51 Idem, ibidem, p. 294.
- 52 Idem, ibidem, p. 241.
- 53 Idem, ibidem, p. 67.
- 54 Paris, Éditions de Minuit, 1974. Só se pode recomendar a consulta desta obra, em especial o capítulo sobre *La Jangada*, intitulado "O puraquê" (pp. 185-204), e a sua leitura "isomórfica" de vários elementos (os cordões: cipó, grinalda, tubo de escafandro), às correspondências encontradas entre as descargas energéticas do álcool e do puraquê, segundo o modelo da física termodinâmica... Remetamos também a dois outros títulos, dentro de uma bibliografia inesgotável: *Jules Verne: Colloque de Cerisy*, Paris, UGE 10/18, 1979 e o *Jules Verne* de Simone Vierne, Paris, Balland, 1986.
- 55 A obra de Verne poderia ser lida aliás como um imenso palimpsesto, desde *l'Histoire des Grands Voyages et des Grands Voyageurs* redigida a quatro mãos com Gabriel Marcel, aos últimos romances, reescritos por seu filho, passando pela transformação, a pedido do seu editor Hetzel, do manuscrito do *communard* Grousset num outro romance, *Les Cinq Cents Millions de la Bégum?*
- 56 Op. cit., pp. 282-4.
- 57 *Le Chancellor*, Paris, Hachette, "bibliothèque verte", p. 192. O romance publicado em 1875, sim bolizaria, segundo certas leituras, o naufrágio das idéias saint-simonienses de Verne. *La Jangada* marcaria então a passagem da utopia ao realismo da colonização.
- 58 Idem, ibidem, p. 183.
- 59 Segundo a pertinente fórmula de François Dagognet, François Guéry e Odile Marcel, in "Mort et ré surrection du paysage?", in *Mort du Paysage*, Seyssel (France), Champ Vallon, 1982, p. 27.